

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PÓS-GRADUAÇÃO: ANÁLISE DAS PESQUISAS REALIZADAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO NORTE

Regina C. A. M. Castro – UFRN
reginalmm@yahoo.com.br

Daniela A. Silva – UFRN
danielleaantonia@gmail.com

Alda M. D. A. CASTRO UFRN
aldacastro01@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nesse artigo são apresentados dados parciais da pesquisa em andamento, realizada por meio do Estado do Conhecimento, com o propósito de mapear e analisar o *status* da discussão sobre as políticas de assistência estudantil (AE) na educação superior, realizadas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado das universidades federais (UFs) do estado do Rio Grande do Norte (RN).

A assistência estudantil já era praticada nas instituições de educação superior brasileiras de maneira esparsa e sem institucionalização pelo governo federal desde o final da década de 1920. No ano de 2007 torna-se Programa de Governo, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva com o nome Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PNAES foi instituído com o objetivo de promover “a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhor atuação acadêmica e agir, preventivamente, em busca de evitar a reprovação e a desistência dos cursos pelos discentes [...], promover a inclusão social pela educação” (BRASIL, 2007, p. 1).

Em 2010, no segundo mandato do presidente Lula, o PNAES foi transformado em Programa de Estado, garantindo sua continuidade, por meio do Decreto nº 7.234, mantendo o mesmo nome e objetivos.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa Estado do Conhecimento consiste em um trabalho de “identificação, registro, categorização que leve à reflexão [análise] e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo [...]” (MOROSSINI; FERNANDES, 2014, p. 155).

Os bancos de dados para as buscas, realizadas entre os dias 11 e 12 de março de 2021, foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o Repositório Institucional da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), a partir do descritor "assistência estudantil".

Os critérios para inclusão no *corpus* foram a pesquisa ter sido realizada em UFs do RN e conter no título o termo “assistência estudantil”. Para exclusão, foi considerado como critério, pesquisas realizadas em institutos federais, instituições públicas estaduais, municipais, particulares ou estrangeiras.

Não foi estabelecido recorte temporal, visto ser objetivo também identificar a emergência e prevalência da discussão nessas instituições.

As categorias analíticas foram definidas *a priori*, tipo de pesquisa, vínculo institucional de realização da pesquisa, ano de defesa e objetivo geral.

Foram identificados na BDTD quatro trabalhos, três dissertações e uma tese. No Repositório da UFRN, foram localizados oito trabalhos, os quatro trabalhos localizados na BDTD e mais três dissertações e uma tese. No Repositório da UFERSA não foi localizado nenhum trabalho, portanto o *corpus* foi composto por oito trabalhos, todos realizados em Programas de Pós-Graduação da UFRN (Quadro 1).

Quadro 1- Pesquisas realizadas sobre a assistência estudantil no estado do Rio Grande do Norte entre os anos de 2007 a 2021 e identificadas nos Bancos de Dados das bibliotecas virtuais da BDTD e da UFRN

Tipo	Título	Autor	Instituição	Ano de defesa	Banco de dados
D1	A política de assistência estudantil no contexto de expansão do ensino superior: as particularidades do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN	Maria L. da Silva	UFRN	2012	Repositórios da BDTD e UFRN
D2	A assistência estudantil e a efetivação do direito à educação no IFRN	Késsia R. de Oliveira França	UFRN	2013	Repositórios da BDTD e UFRN
D3	A assistência estudantil e as cotas sociais nas universidades estaduais do nordeste: as faces do acesso ao direito	Nestor G. Duarte Júnior	UFRN	2013	Repositório da UFRN
D4	O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil	Fabírcia D. de Souza,	UFRN	2016	Repositório da UFRN
D5	Avaliação da implementação da política de assistência estudantil do IFPB: estudo de caso no Campus Pícuí	Jussier do N. Souza	UFRN	2017	Repositórios da BDTD e UFRN
D6	O trabalho do assistente social na educação: ampliação do espaço ocupacional e precarização na assistência estudantil	Sheine S. do Nascimento	UFRN	2018	Repositório da UFRN

T1	A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais: um recorte do semiárido potiguar	Mônica R. de Almeida,	UFRN	2019	Repositórios da BDTD e UFRN
T2	Trabalho precarizado, política social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL).	Juliana C. da Silva Gois	UFRN	2020	Repositório da UFRN
D - Corresponde a Dissertações e T corresponde a Teses.					

Fonte: organizado pelas autoras, março de 2021.

Seis pesquisas foram realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (D1, D2, D3, D4, D6 e T2), uma no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (D5) e uma no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (T1).

A prevalência de pesquisa na área do Serviço Social, pode estar relacionada ao fato de que o(a) assistente social, além de outras atribuições, atua diretamente com os programas de assistência estudantil realizando “o planejamento, a execução e a avaliação dos Programas de Assistência Estudantil [...]” (MUKAIL; LEITE, CAVALCANTI, 2018, p. 411), suscitando nesses profissionais desejo de aprofundar cientificamente em fatores relacionados a essa temática.

A ação do assistente social no contexto da AE é discutida em três pesquisas (D4, D6 e T2) e a efetividade da AE foi discutida na pós-graduação em Gestão (D5).

Aspectos relacionados ao estudante universitário foram os mais recorrentes, sendo contempladas nas discussões relacionadas à permanência (D1 e D2), acesso (D3) e evasão (T1). As três primeiras foram realizadas no âmbito da pós-graduação em Serviço Social e a última na Pós-Graduação em Psicologia.

Quanto à periodicidade, apesar das primeiras ações da política de AE na educação superior serem datadas dos anos de 1928 e 1930, por meio de ações pontuais (KOWALSKI, 2012), somente a partir da Portaria Normativa nº 39 de 2007, foi instituído a Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), suscitando maiores discussões no meio científico brasileiro. Desse modo, a periodicidade recente das produções e o número de trabalhos, podem ser explicados pela tardia construção da política de AE no país.

Não foram identificadas pesquisas sobre a assistência estudantil no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN. Apesar das oito pesquisas terem sido realizadas nessa instituição, somente uma (D1), teve como *locus* de investigação a instituição.

CONSIDERAÇÕES

A discussão sobre a assistência estudantil na Pós-Graduação das universidades federais do RN ainda se mostram incipientes, dado já haver 14 anos de institucionalização da AE no país, além de estar presente nas UFs brasileiras desde o final da década de 1920.

Apesar de a AE ter relação direta com as condições de permanência do estudante, que incidem em maior ou menor grau em sua trajetória formativa, na UFRN não foram identificadas pesquisas no Programa de Pós-graduação em Educação e somente uma pesquisa teve essa instituição como *locus* de investigação. Porém, tem havido um movimento recente no âmbito da pós-graduação em Educação da UFRN, no sentido de desenvolver pesquisas sobre essa temática.

A ausência de estudos na UFERSA, indica uma lacuna, principalmente por ser uma instituição com mais de 50 anos de existência e ter programas de pós-graduação consolidados.

Fatores relacionados ao estudante como condições de permanência, acesso e evasão apresentaram maior incidência nas pesquisas, todas realizadas na Pós-Graduação em Serviço Social.

Condições de permanência favoráveis para que o estudante conclua seus estudos com qualidade são fundamentais para a inclusão social por meio da educação. Dessa forma, pesquisas recorrentes sobre essa temática são necessárias a fim de avaliar continuamente em que condições tem se dado a trajetória acadêmica dos estudantes nas UFs.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.- dez. 2014.

MUKAIL P. H. S.; LEITE P. P. R. L.; CAVALCANTI, R. W. O Serviço Social na Assistência Estudantil da UTFPR. **Caderno Humanidades em Perspectivas** - Edição Especial, p. 408-415, Julho/2018.